

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVA OBJETIVA --

Questão 1

Acerca do domicílio da pessoa jurídica e do domicílio necessário, assinale a opção correta.

- A O domicílio do município é o do lugar onde reside o prefeito.
- B O domicílio da pessoa jurídica que tenha diversos estabelecimentos em lugares diferentes é o de sua matriz.
- C O domicílio necessário exclui o voluntário.
- D O domicílio necessário do incapaz é aquele no qual ele reside.
- E O domicílio necessário do servidor público é o lugar em que exercer permanentemente suas funções.

Questão 2

Assinale a opção correta acerca da desconsideração da personalidade jurídica.

- A A simples existência de grupo econômico autoriza a desconsideração da personalidade jurídica.
- B A desconsideração inversa da personalidade jurídica não encontra respaldo no ordenamento jurídico brasileiro.
- C Constitui desvio de finalidade a expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.
- D O encerramento irregular da sociedade aliado à falta de bens capazes de satisfazer o crédito exequendo constituem motivos suficientes para a desconsideração da personalidade jurídica.
- E A confusão patrimonial caracteriza-se pela ausência de separação de fato entre o patrimônio do sócio e o da pessoa jurídica.

Questão 3

De acordo com a classificação dos bens móveis e imóveis disposta no Código Civil Brasileiro, assinale a opção correta.

- A As edificações, quando separadas do solo e removidas para outro local, mesmo conservando a sua unidade, perdem o caráter de bem imóvel.
- B Os materiais provisoriamente separados de um prédio, para serem nele reempregados, adquirem o caráter de bem móvel.
- C Os materiais provenientes da demolição de algum prédio adquirem a condição de bens móveis.
- D Direito à sucessão aberta é considerado bem móvel para os efeitos legais.
- E Consideram-se bens imóveis as energias que tenham valor econômico.

Questão 4

Acerca dos defeitos do negócio jurídico, assinale a opção correta.

- A A fraude aos credores acarreta a nulidade relativa do negócio jurídico, a qual é aproveitada indistintamente por todos os credores.
- B O erro de cálculo é motivo para anulação do negócio jurídico.
- C Se ambas as partes procederem com dolo, apenas uma delas poderá alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.
- D Considera-se coação a simples ameaça, bem como o temor reverencial.
- E Em caso de coação exercida por terceiro, sem que a parte que tiver proveito dela tiver conhecimento, o negócio jurídico será anulado.

Questão 5

O negócio jurídico é passível de anulação quando

- A celebrado por pessoa absolutamente incapaz.
- B não revestir a forma prescrita em lei.
- C decorrente de vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.
- D preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade.
- E tiver por objeto fraudar lei imperativa.

Questão 6

O princípio da função social do contrato, introduzido no ordenamento jurídico brasileiro pelo Código Civil de 2002, é limitador do princípio contratual

- A de autonomia da vontade.
- B da boa-fé objetiva.
- C da força obrigatória dos contratos.
- D da relatividade dos efeitos contratuais.
- E do equilíbrio econômico.

Questão 7

Entre os princípios básicos que regem os títulos de crédito, aquele que exige a existência material do título é o princípio

- A de boa-fé objetiva.
- B da abstração.
- C da autonomia.
- D da cartularidade.
- E de literalidade.

Questão 8

Assinale a opção correta acerca da sociedade limitada.

- A É obrigatória a existência de, pelo menos, dois sócios nesse tipo de sociedade.
- B A sociedade limitada por prazo determinado dissolve-se por deliberação da maioria absoluta dos sócios.
- C A responsabilização dos sócios é solidária em relação à integralização do capital social.
- D A administração atribuída no contrato a todos os sócios se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa qualidade.
- E Na formação do capital social, é possível a contribuição mediante prestação de serviços.

Questão 9

Francisco tem 15 anos de idade, é órfão de pai e mãe, não possui tutor constituído e vive em companhia de sua irmã Raimunda, de 22 anos de idade. Em decorrência do seu estado de necessidade, Francisco pretende ajuizar ação de alimentos em face de seus avós paternos.

Nessa situação hipotética, para o ajuizamento da ação, Francisco

- A não necessita de representação processual.
- B deve ser representado por sua irmã Raimunda.
- C deve ser representado por qualquer um de seus avós maternos e, na falta desses, por irmão ou irmã maior de idade.
- D pode ser representado por qualquer parente de segundo grau, na linha reta ao colateral.
- E deve ser representado por curador especial.

Questão 10

Flávio propôs ação de execução de título executivo extrajudicial em face da empresa X & Y, objetivando o recebimento de quantia certa especificada em uma nota promissória. Transcorrido o prazo para o cumprimento da obrigação, não foram localizados bens da executada passíveis de penhora. Flávio requereu a desconsideração da personalidade jurídica e indicou à penhora bens pessoais de Roberto, sócio da empresa executada. Após o processamento do incidente, o juízo da causa julgou improcedente o pedido e indeferiu a penhora dos bens de Roberto.

Nessa situação, contra a decisão do juízo cabe

- A** reclamação.
- B** mandado de segurança.
- C** pedido de reconsideração.
- D** agravo de instrumento.
- E** recurso de apelação.

Questão 11

João, assistido pela defensoria pública, ingressou em juízo com uma ação de investigação de paternidade em face de Pedro, que constituiu advogado particular, mas, em decorrência da sua condição de hipossuficiência, requereu a gratuidade de justiça, tendo o juízo da causa lhe deferido o pedido.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** Nenhuma das partes possui a prerrogativa de intimação pessoal de seus defensores e nem prazo dobrado para as manifestações processuais.
- B** Apenas João, o requerente, possui a prerrogativa referente à intimação pessoal do seu defensor e prazo dobrado para as manifestações processuais.
- C** Apenas Pedro, o requerido, possui a prerrogativa referente à intimação pessoal de seu defensor e prazo dobrado para as manifestações processuais.
- D** As duas partes do processo possuem as mesmas prerrogativas referentes à intimação pessoal dos seus defensores e prazo dobrado para as manifestações processuais.
- E** João possui a prerrogativa referente à intimação pessoal do seu defensor e prazo dobrado para todas as instâncias, ao passo que, para Pedro, tais prerrogativas se limitam ao primeiro grau de jurisdição.

Questão 12

Zélia ajuizou pedido de tutela antecipada em caráter antecedente em demanda proposta em face da empresa Y&G Ltda., tendo o juízo da causa deferido a liminar pretendida pela requerente. Atendendo à ordem emanada do juízo, a requerente emendou a petição inicial e confirmou o pedido de tutela final. Ato contínuo, a requerida foi regularmente citada e, após a tentativa frustrada de conciliação, não impugnou o pedido nem interpôs recurso contra a liminar.

Nessa situação hipotética, de acordo com o disposto no Código de Processo Civil,

- A** a requerente deverá propor a ação principal no prazo legal, em autos próprios, sob pena de revogação da liminar e extinção do pedido de tutela antecipada antecedente.
- B** o juízo considerará estabilizada a tutela antecipada concedida em favor da requerente e determinará a extinção do processo.
- C** o juízo determinará a intimação das partes para especificarem as provas a serem produzidas e, em havendo a produção de prova oral, designará data para a realização de audiência de instrução.
- D** o juízo determinará a intimação da requerente para especificar as provas que pretende produzir e, em havendo a produção de prova oral, designará data para a realização de audiência de instrução.
- E** o juízo deverá nomear curador especial à requerida e conceder prazo para a apresentação de contestação ao pedido de tutela final.

Questão 13

Bruno constituiu advogado e ajuizou uma ação de rescisão contratual cumulada com pedido de indenização por danos materiais e lucros cessantes em face de Maria. Após a citação da requerida, o advogado de Bruno renunciou ao mandato. O novo advogado constituído por Bruno considerou que a petição inicial também poderia conter pedido de indenização por danos morais decorrentes da mesma relação jurídica e, por esse motivo, pretende aditar a petição inicial.

Nessa situação hipotética,

- A** é admissível a emenda da petição inicial para incluir pedido de indenização por danos morais, independentemente de consentimento da requerida.
- B** é admissível a emenda da petição inicial para incluir pedido de indenização por danos morais desde que a requerida consinta tal aditamento.
- C** se a causa for processada pelo rito comum, será admissível a emenda da petição inicial para incluir pedido de indenização por danos morais, independentemente do consentimento da requerida.
- D** é admissível a emenda da petição inicial para incluir pedido de indenização por danos morais, independentemente de consentimento da requerida, desde que o requerente instrua o seu pedido de aditamento com provas verossímeis do seu direito.
- E** é inadmissível a emenda da petição inicial para incluir pedido de indenização por danos morais haja vista a incompatibilidade de pedidos.

Questão 14

Em março de 2018, a empresa S & S ajuizou uma ação de execução de título executivo extrajudicial em face da empresa A & F, objetivando o recebimento de valores descritos em uma duplicata mercantil. A executada foi citada em junho de 2018 e deixou transcorrer o prazo legal sem que tenha cumprido a obrigação; não indicou bens à penhora; nem apresentou qualquer tipo de defesa. A pedido da exequente, procedeu-se à penhora *online*, via Sisbajud, de valores e bens pertencentes à executada. A executada procurou um advogado e este constatou que, no momento da propositura da ação, a pretensão executiva já estava prescrita.

Nessa situação hipotética,

- A é incabível qualquer ação em defesa da empresa executada capaz de impugnar a pretensão executiva haja vista que já transcorreu todo e qualquer prazo para ela se defender.
- B a empresa executada poderá impugnar a pretensão executiva mediante ação rescisória.
- C a empresa executada poderá impugnar a pretensão executiva por meio dos embargos do devedor.
- D a empresa executada poderá impugnar a pretensão executiva mediante petição intercorrente endereçada ao próprio juízo da causa.
- E a empresa executada poderá impugnar a pretensão executiva mediante recurso de agravo de instrumento.

Questão 15

No que concerne aos procedimentos especiais disciplinados pelo Código de Processo Civil, julgue os itens a seguir.

- I Na ação de inventário e partilha, o herdeiro não incluído nas primeiras declarações não poderá se habilitar nos autos, pleiteando o recebimento do seu quinhão hereditário, mas poderá demandar contra os demais herdeiros após a partilha.
- II No embargo monitório em que se impugna parcialmente a pretensão monitória, a parte impugnada poderá ser autuada em apartado, e a parte não impugnada constitui título executivo judicial passível de execução nos próprios autos da ação monitória.
- III O embargo de terceiro é um instrumento processual que visa proteger a posse ou a propriedade de bens daquele que não sendo parte no processo sofre constrição ou ameaça de constrição judicial, seja em tutela cognitiva provisória, ou definitiva, seja na execução.
- IV Na ação de reintegração de posse, o requerido que seja possuidor de boa-fé tem direito à indenização das benfeitorias incorporadas ao bem objeto da ação e, por esse motivo, poderá exigir o direito de retenção pelo valor das benfeitorias necessárias e úteis enquanto não tiver recebido tais valores.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item II está certo.
- B Apenas os itens I e II estão certos.
- C Apenas os itens III e IV estão certos.
- D Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 16

No que se refere aos juizados especiais cíveis e de fazenda pública, julgue os itens a seguir.

- I As sentenças proferidas pelos juizados especiais cíveis não podem ser anuladas por ação rescisória.
- II Nos juizados especiais cíveis, cabe recurso inominado contra a decisão que julga os embargos à execução proposto pelo executado.
- III As sentenças proferidas pelos juizados especiais de fazenda pública nas quais o ente público seja condenado ao pagamento de valores superiores a vinte vezes o salário mínimo vigente ficam sujeitas ao reexame necessário da turma recursal.
- IV Nos juizados especiais de fazenda pública, a assistência de advogado é obrigatória, independentemente do valor da causa, mas o mandato pode ser verbal.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens II e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 17

Para o crime descrito no artigo 140, § 3.º, do Código Penal, comumente denominado injúria racial, são prescritas pena em abstrato de um a três anos e multa. Acerca da natureza desse delito e da pena aplicável, é correto afirmar que

- A esse crime é imprescritível.
- B a prescrição punitiva em abstrato ocorrerá em 4 anos após a prática do delito.
- C ocorrerá, em 8 anos após a prática do delito, a prescrição punitiva em abstrato.
- D a prescrição punitiva em abstrato ocorrerá em 4 anos após a descoberta da autoria.
- E ocorrerá, em 8 anos após a descoberta da autoria, a prescrição punitiva em abstrato.

Questão 18

A ação penal no crime de estelionato é

- A pública incondicionada.
- B privada.
- C pública condicionada para os crimes praticados após a entrada em vigor do pacote anticrime (Lei n.º 13.964/2019).
- D pública incondicionada para as ações ajuizadas antes do pacote anticrime (Lei n.º 13.964/2019), e pública condicionada para os fatos em que não houve ação penal ajuizada até a entrada em vigor da referida lei.
- E pública condicionada, inclusive para os crimes praticados antes da entrada em vigor do pacote anticrime (Lei n.º 13.964/2019), mesmo em ações penais já iniciadas.

Questão 19

Alberto estava alcoolizado e dirigia seu veículo em alta velocidade quando se chocou com o carro de Bernardo, causando-lhe lesões de natureza grave. Ao perceber que poderia ser preso, Alberto, que estava consciente, fugiu do local do crime.

Nessa situação hipotética, Alberto responderá por

- A** lesão corporal majorada.
- B** embriaguez ao volante em concurso com lesão corporal culposa.
- C** embriaguez ao volante em concurso com lesão corporal culposa majorada.
- D** embriaguez ao volante em concurso com lesão corporal e fuga do local do acidente.
- E** lesão corporal majorada e fuga do local do acidente.

Questão 20

A conduta de submeter uma vítima com 61 anos de idade, sob seu poder, com emprego de violência, a intenso sofrimento físico, como forma de aplicar castigo pessoal constitui

- A** conduta atípica, por se tratar de exercício regular da curatela.
- B** crime de lesão corporal cumulado com maus-tratos.
- C** crime de tortura com causa de aumento de pena.
- D** crime de tortura na modalidade simples.
- E** crime especificado no Estatuto do Idoso.

Questão 21

João praticou a conduta de furto continuado, que resultou em prejuízo de 5.000 reais para a vítima, Paulo. Apurada a conduta, atualizou-se o valor para 6.500 reais, tendo sido pago por João, em abril de 2021, o valor do principal, 5.000 reais. Em maio do mesmo ano, o Ministério Público ofereceu a denúncia, tendo João efetuado o pagamento, em setembro, do restante do valor devido.

Nessa situação hipotética, a conduta de João

- A** é atingida por causa extintiva de punibilidade.
- B** não deve haver qualquer alteração na pena, por se tratar de crime de ação penal pública incondicionada.
- C** possui uma causa atenuante prevista em lei.
- D** é abrangida pela causa de diminuição da pena do arrependimento posterior.
- E** não é punida em razão do arrependimento eficaz.

Questão 22

O crime de associação para o tráfico de drogas, previsto no artigo 35 da Lei n.º 11.343/2006,

- A** é de natureza assimilada à dos delitos hediondos.
- B** precisa, para sua configuração, de apreensão de drogas na posse direta do agente.
- C** não exige a demonstração do caráter duradouro e estável.
- D** é aplicável também para quem se associa para a prática reiterada de financiamento do crime de tráfico de drogas.
- E** exige a presença de três ou mais pessoas para sua configuração.

Questão 23

Os atos infracionais, no entendimento atual do Superior Tribunal de Justiça,

- A** não podem servir para exasperação da pena-base.
- B** podem ser considerados como maus antecedentes na análise para aplicação da pena.
- C** podem ser considerados para fins de reincidência.
- D** servem para valorar negativamente a personalidade do agente.
- E** podem valorar negativamente ao se apurar a conduta social.

Questão 24

Adalberto e Paulo abordaram a vítima Francisca, que dirigia seu veículo, e anunciaram o assalto. Após renderem a vítima, utilizando arma de fogo, subtraíram-lhe 500 reais, bem como a obrigaram a entregar o cartão bancário, além da senha para que pudessem realizar saque. Após liberarem a vítima, Adalberto e Paulo foram presos, sem, contudo, terem conseguido efetuar o saque pretendido.

Nessa situação hipotética, ambos praticaram

- A** roubo majorado continuado.
- B** roubo majorado consumado e extorsão qualificada tentada em continuidade.
- C** roubo majorado consumado e extorsão qualificada consumada em continuidade.
- D** roubo majorado consumado e extorsão qualificada consumada em concurso material.
- E** roubo majorado consumado e extorsão qualificada tentada em concurso material.

Questão 25

A legitimidade para oferecimento de ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções é do

- A** ofendido, mediante queixa, e do Ministério Público, condicionada à representação, de forma cumulativa.
- B** ofendido, exclusivamente, mediante queixa.
- C** Ministério Público, exclusivamente, mediante representação.
- D** Ministério Público, exclusivamente, mediante ação penal pública incondicionada.
- E** ofendido e do Ministério Público nesse caso, independentemente de representação.

Questão 26

Não sendo oferecido o Acordo de Não Persecução Penal pelo promotor de justiça, quando, em uma primeira análise, ele é cabível, deve o defensor público

- A** requerer ao juiz que ofereça o acordo.
- B** requerer a remessa dos autos ao órgão superior do Ministério Público, para que decida se é caso ou não de oferecimento do acordo e cuja decisão permitirá que se ajuíze outro recurso ao Tribunal de Justiça.
- C** requerer ao juiz que obrigue o promotor de justiça a oferecer o referido acordo.
- D** requerer a remessa dos autos ao órgão superior do Ministério Público, para que decida se é caso ou não de oferecimento do acordo, sendo irrecorrível essa decisão do órgão superior.
- E** interpor embargos de declaração da decisão do promotor de justiça.

Questão 27

Na Sessão Plenária do Tribunal do Júri, a oitiva de testemunhas de defesa deve ser iniciada com perguntas

- A** do assistente de acusação.
- B** do juiz presidente.
- C** do Ministério Público.
- D** do defensor do acusado.
- E** dos jurados.

Questão 28

Carlos, estelionatário, morador de Recife, foi visitar a cidade de Aracaju em 2018 e, com um talão de cheque oriundo de Teresina, fez uma compra fraudulenta de 1.000 reais, resultando prejuízo a Frederico, que trabalhava em Aracaju, mas era domiciliado em Itabaiana. Encerrado o inquérito penal em 2022, o Ministério Público deverá oferecer a denúncia no foro competente de

- Ⓐ Recife.
- Ⓑ Aracaju.
- Ⓒ qualquer um dos foros, em razão de prevenção.
- Ⓓ Teresina.
- Ⓔ Itabaiana.

Questão 29

Segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o Hearsay Testimony (depoimento indireto) no Tribunal do Júri

- Ⓐ é plenamente válido.
- Ⓑ deve ser retirado do inquérito policial.
- Ⓒ deve ser mantido no inquérito policial, mas deve ser ignorado pelo órgão julgador no momento da pronúncia, devendo os jurados decidir sobre ele.
- Ⓓ não pode servir de base para a decisão de pronúncia, caso o crime ou a qualificadora decorra exclusivamente dele.
- Ⓔ deve ser informado necessariamente da sua natureza aos jurados.

Questão 30

Marcelo foi condenado a pena privativa de liberdade, convertida em pena de prestação pecuniária para a vítima no valor de 3.000 reais. Além disso, na sentença, o juiz determinou a reparação mínima prevista no artigo 387, IV, do Código de Processo Penal, no valor de 1.000 reais, com base na reparação do dano a ela causado. Desse modo, Marcelo deverá

- Ⓐ arcar com os 3.000 reais a título de prestação pecuniária mais os 1.000 reais estipulados como reparação mínima, não podendo a vítima, eventualmente, requerer valor superior no âmbito cível.
- Ⓑ escolher qual das obrigações deve cumprir, em razão da proibição da regra do *bis in idem*.
- Ⓒ descontar o valor pago a título de reparação mínima do valor da prestação pecuniária imposta, não podendo a vítima, eventualmente, requerer valor superior no âmbito cível.
- Ⓓ arcar com os 3.000 reais a título de prestação pecuniária mais os 1.000 reais estipulados como reparação mínima, podendo a vítima, caso queira, requerer valor superior no âmbito cível.
- Ⓔ descontar o valor pago a título de reparação mínima do valor da prestação pecuniária imposta, podendo a vítima, caso queira, requerer valor superior no âmbito cível.

Questão 31

João, delegado de polícia, participou de uma investigação em que foram presos vários indivíduos, entre eles, seu irmão. Durante o inquérito, alguns desses indivíduos foram indiciados, mas não o irmão do delegado de polícia, João. Nesse caso,

- Ⓐ a defesa pode opor exceção de suspeição contra o delegado de polícia, devendo a investigação ser anulada.
- Ⓑ a defesa pode opor exceção de suspeição, que só deve ser provida caso haja prejuízo na investigação.
- Ⓒ não cabe exceção de suspeição, não podendo haver qualquer interferência do andamento do feito.
- Ⓓ não cabe exceção de suspeição, mas pode o delegado de polícia declarar-se suspeito, só se declarando eventual nulidade caso haja prejuízo demonstrado pela eventual suspeição.
- Ⓔ não cabe exceção de suspeição, mas pode o delegado de polícia declarar-se suspeito, não havendo qualquer nulidade no inquérito policial.

Questão 32

Com relação ao prazo prescricional na carta rogatória de citação, é correto afirmar que

- Ⓐ se suspende o prazo até a intimação do acusado no exterior.
- Ⓑ se suspende o prazo até a juntada no processo do êxito da citação no exterior.
- Ⓒ não se suspende o prazo prescricional, que só poderá ser suspenso caso o réu não seja localizado, seja citado por edital e a este não responda.
- Ⓓ não se suspende o prazo prescricional.
- Ⓔ se suspende o prazo até a decisão do juiz declarando válida a citação.

Questão 33

Considerando o sistema vicariante ou dualista adotado pelo ordenamento jurídico brasileiro, assinale a opção correta a respeito da execução das medidas de segurança.

- Ⓐ O cumprimento dessas medidas impõe a existência de sentença penal condenatória com trânsito em julgado.
- Ⓑ Na medida de segurança, assim como na pena privativa de liberdade, é cabível a aplicação da detração penal.
- Ⓒ Nenhuma medida de segurança pode ter duração maior que 30 anos.
- Ⓓ A incidência de causa extintiva de punibilidade não impede a execução de medida de segurança.
- Ⓔ É cabível a aplicação das medidas de segurança em caráter provisório.

Questão 34

O agravo de decisão que determina a desinternação de preso submetido a medida de segurança tem efeito

- Ⓐ suspensivo e regressivo, sendo de quarenta e oito horas o prazo para a sua interposição, a contar da ciência da decisão.
- Ⓑ suspensivo, e o prazo para a sua interposição é de 10 dias, a contar da ciência da decisão.
- Ⓒ meramente regressivo, e o prazo para a sua interposição é de 15 dias, a contar da ciência da decisão.
- Ⓓ suspensivo e regressivo, sendo 3 dias o prazo para a sua interposição, a contar da ciência da decisão.
- Ⓔ suspensivo e regressivo, e o prazo para a sua interposição é de 5 dias, a contar da ciência da decisão.

Questão 35

Caso um preso, em cumprimento de pena privativa de liberdade, tenha sido flagrado, em 10/10/2020, portando consigo um aparelho telefônico apto à comunicação com o ambiente externo,

- Ⓐ a autoridade administrativa prisional poderá decretar, de ofício, a inclusão cautelar do faltoso em regime disciplinar diferenciado no interesse da disciplina.
- Ⓑ a autoridade administrativa prisional poderá decretar o isolamento cautelar do preso pelo prazo máximo de dez dias, não sendo computado tal prazo no período de cumprimento da respectiva sanção disciplinar.
- Ⓒ o prazo prescricional para a apuração da falta disciplinar é de três anos.
- Ⓓ ele estará sujeito à perda da totalidade do tempo remido visto ter cometido falta grave.
- Ⓔ é cabível a regressão cautelar do regime prisional, após a oitiva obrigatória do faltoso.

Questão 36

Assinale a opção correta no que tange ao trabalho do segregado, de acordo com suas aptidões e condições pessoais, à luz dos princípios constitucionais de regência.

- Ⓐ A remição de um dia de pena para cada três dias de trabalho independe da efetiva jornada laboral do condenado, desde que limitada ao intervalo legal de seis a oito horas diárias.
- Ⓑ Com exceção do condenado por crime político, o trabalho é obrigatório ao preso, podendo ele, entretanto, manifestar a sua recusa à atividade laboral, mesmo que injustificada, sem prejuízo do mérito prisional.
- Ⓒ Mesmo que presentes as condições permissivas do trabalho externo, este é vedado ao condenado em regime fechado pela prática de crime hediondo.
- Ⓓ O produto da remuneração pelo trabalho do preso tem como prioridade a indenização dos danos causados pelo crime, mesmo que não determinados judicialmente na sentença condenatória.
- Ⓔ O trabalho interno realizado pelo preso em domingos e feriados, sem a devida autorização competente, não será computado para fins de remição.

Questão 37

O juiz poderá determinar a monitoração eletrônica do indivíduo no caso de

- Ⓐ pena privativa de liberdade no regime aberto.
- Ⓑ saída temporária no regime semiaberto.
- Ⓒ livramento condicional.
- Ⓓ penas restritivas de direitos com limitações de horário.
- Ⓔ suspensão condicional da pena.

Questão 38

São destinatários do princípio da proporcionalidade aplicável no âmbito da execução penal

- Ⓐ o juiz e os órgãos de execução.
- Ⓑ o juiz, o legislativo e os órgãos de execução.
- Ⓒ o legislativo e os órgãos da execução.
- Ⓓ os órgãos da execução.
- Ⓔ o juiz e o legislativo.

Questão 39

A pena restritiva de direitos poderá

- Ⓐ poderá ser substituída por duas penas de multa em caso de condenação inferior a um ano.
- Ⓑ ter, por regra, duração maior que a pena privativa de liberdade por ela substituída.
- Ⓒ ser provisoriamente executada até o trânsito em julgado da condenação.
- Ⓓ ser substituída, a critério do juízo da execução, por outra diversa da que tenha sido anteriormente aplicada.
- Ⓔ ser executada em juízo de execução diverso daquele do local onde ocorreu a condenação.

Questão 40

Desde que cumpridos os necessários requisitos, admite-se a suspensão condicional da pena nos casos de condenação

- Ⓐ por crimes praticados em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher.
- Ⓑ por crimes preterdolosos em que se opera a reincidência.
- Ⓒ a penas privativas de liberdade superiores a 4 anos quando o condenado for maior de 70 anos.
- Ⓓ a penas restritivas de direito.
- Ⓔ a penas de multa.

Questão 41

O impetrante requereu desistência do mandado de segurança, sem que tenha ficado demonstrado o intuito de recusar a observância da jurisprudência pacífica do STF.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção que corresponde à atual posição do STF acerca do tema.

- Ⓐ O impetrante poderá desistir da ação de mandado de segurança, independentemente do consentimento da autoridade apontada como coatora, mesmo que a desistência se dê após a concessão da ordem.
- Ⓑ Prestadas as informações, o impetrante não poderá desistir da ação sem o consentimento da autoridade apontada como coatora.
- Ⓒ O impetrante não poderá, sem o consentimento da autoridade apontada como coatora, desistir do mandado de segurança quando a ordem tiver sido concedida.
- Ⓓ O impetrante não poderá, sem o consentimento da autoridade apontada como coatora, desistir do mandado de segurança quando ordem tenha sido concedida ou denegada.
- Ⓔ O impetrante poderá desistir do mandado de segurança, independentemente do consentimento da autoridade apontada como coatora, desde que o faça antes do julgamento do mérito.

Questão 42

Foi impetrado *habeas corpus* no STF. Impugnava-se decisão monocrática que indeferiu liminar em *habeas corpus*, requerido junto ao STJ, sem que estivesse configurada teratologia, ilegalidade flagrante ou abuso de poder.

Considerando a situação hipotética descrita, assinale opção que corresponde à posição sumulada do STF a respeito do tema.

- Ⓐ O *habeas corpus* deve ser conhecido, ainda que se trate de ofensa indireta à liberdade de locomoção, ante a especial proteção conferida a esse direito fundamental.
- Ⓑ O *habeas corpus* não deve ser conhecido por restar configurada hipótese de supressão de instância.
- Ⓒ O *habeas corpus* deve ser conhecido, desde que se trate de ofensa direta à liberdade de locomoção, ante a especial proteção conferida a esse direito fundamental.
- Ⓓ O *habeas corpus* deve ser conhecido, pois a denegação da liminar em *habeas corpus* corresponde ao exame de mérito, possibilitando a impugnação em instância superior.
- Ⓔ O *habeas corpus* não deve ser conhecido, pois a decisão denegatória de liminar em *habeas corpus* é irrecorrível.

Questão 43

Com base na disciplina constante da CF e na jurisprudência do STF acerca do Poder Judiciário, é correto afirmar que

- Ⓐ a constituição de órgão especial nos tribunais exige a edição de lei em sentido formal, sendo a iniciativa privativa, para deflagrar o processo legislativo, do tribunal onde o órgão deva ser criado.
- Ⓑ compete aos juízes federais processar e julgar ações de rito comum, propostas pelos estados contra atos da União Federal que determinaram suas inscrições em cadastros de inadimplência federais.
- Ⓒ é vedado aos magistrados o exercício de outro cargo ou função pública, exceto uma de magistério; no entanto, admite-se que eles exerçam outro cargo ou função desde que seja em entidade privada.
- Ⓓ o bacharel em direito, para o ingresso no cargo de juiz substituto, deverá ter exercido atividade jurídica, por pelo menos três anos, comprovando-a até a data da posse.
- Ⓔ compete ao STF processar e julgar, originariamente, todas as ações ajuizadas contra decisões do CNJ proferidas no exercício de suas competências constitucionais.

Questão 44

À luz da Lei n.º 9.882/1999 e da jurisprudência do STF, assinale opção correta acerca da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).

- Ⓐ A ADPF é o meio adequado para fazer o controle de constitucionalidade de lei estadual posterior à CF de 1988.
- Ⓑ A ADPF é cabível quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei municipal anterior à CF de 1988.
- Ⓒ A ADPF tem natureza jurídica de norma constitucional de caráter autoaplicável.
- Ⓓ Admite-se a utilização da ADPF em face de atos estatais ainda não aperfeiçoados.
- Ⓔ Poderá o relator conceder a liminar na ADPF, sendo desnecessário submetê-la a referendo do Tribunal Pleno.

Questão 45

Determinado servidor público estadual impetrou mandado de segurança por haver sido reduzida a gratificação de insalubridade que lhe era paga. O impetrante tomou ciência da decisão em 01/03/2021 (segunda-feira), tendo impetrado o mandado de segurança em 11/10/2021 (segunda-feira), momento em que permanecia desempenhando as mesmas atividades funcionais, mas continuava a perceber valor reduzido da gratificação.

Considerando essa situação hipotética e tomando por base a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal bem como a Constituição Federal, assinale a opção correta.

- Ⓐ O mandado de segurança deve ser extinto com resolução de mérito, com a denegação da ordem, ante a ocorrência da decadência do direito.
- Ⓑ Inexiste prazo legal para a impetração do mandado de segurança, podendo ser proposta enquanto houver interesse de agir.
- Ⓒ Não há de se falar em decadência por ser inconstitucional a previsão legal que fixa prazo para a impetração do mandado de segurança.
- Ⓓ Não deve ser reconhecida a decadência para impetração do mandado de segurança, por se tratar de relação de trato sucessivo, cuja violação do direito mensalmente se renova.
- Ⓔ O prazo para impetração do mandado de segurança é de natureza prescricional, pois a decisão concessiva da ordem é de natureza constitutiva.

Questão 46

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

- Ⓐ a Defensoria Pública tem legitimidade para a propositura da ação civil pública, ainda que esta vise promover a tutela judicial de direitos difusos e coletivos de que sejam titulares, em tese, pessoas necessitadas.
- Ⓑ o exercício do cargo de defensor público exige que este esteja inscrito nos registros da Ordem dos Advogados do Brasil.
- Ⓒ faculta-se ao defensor público, ao ingressar na carreira, optar por perceber o regime remuneratório de subsídio, que seja percebido pela carreira, ou adotar o modelo remuneratório de vencimentos cumulado com o recebimento de gratificações.
- Ⓓ a Defensoria Pública não pode prestar orientação jurídica e exercer a defesa em favor de pessoas jurídicas.
- Ⓔ a Defensoria Pública integra a estrutura do Poder Executivo.

Questão 47

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, mostra-se cabível a impetração do mandado de injunção quando

- Ⓐ houver a edição de norma que regule direito, liberdade ou prerrogativa constitucionalmente assegurados, pois persiste o interesse de agir quanto ao período anterior à regulamentação.
- Ⓑ direitos, liberdades e prerrogativas constitucionalmente assegurados tenham seu exercício reduzido pela ausência de norma regulamentadora.
- Ⓒ a eficácia de direitos, liberdades ou prerrogativas constitucionais assegurados dependam da edição de norma regulamentadora.
- Ⓓ se pretenda promover a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos e fixar o respectivo índice de correção.
- Ⓔ se pretenda avaliar se normas regulamentadoras de direitos constitucionalmente assegurados estão de acordo com as exigências constitucionais.

Questão 48

Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a opção correta acerca do controle difuso de constitucionalidade.

- Ⓐ No sistema brasileiro, não se admite o controle jurisdicional preventivo de constitucionalidade.
- Ⓑ O Tribunal de Contas pode exercer administrativamente o controle difuso, ocorrendo a transcendência dos efeitos com o afastamento da aplicação da lei para toda a administração pública.
- Ⓒ Exige-se, ao menos, voto da maioria absoluta dos membros dos tribunais para que uma lei ou um ato normativo do poder público possam ser declarados constitucionais.
- Ⓓ A alegação de inconstitucionalidade no controle difuso corresponde ao pedido principal formulado na causa.
- Ⓔ Admite-se o controle difuso de constitucionalidade em ação civil pública desde que a arguição de inconstitucionalidade não se confunda com o pedido principal da causa.

Questão 49

O ato administrativo unilateral, discricionário e precário, oneroso, pelo qual a administração pública faculta ao particular a execução de serviço público é o(a)

- Ⓐ admissão.
- Ⓑ alvará.
- Ⓒ licença.
- Ⓓ permissão.
- Ⓔ autorização.

Questão 50

A responsabilidade de concessionária prestadora de serviço público concedido por danos causados a usuários

- Ⓐ não é excluída mesmo se os efeitos danosos resultarem de caso fortuito.
- Ⓑ é excluída somente se o evento danoso for proveniente de força maior.
- Ⓒ é excluída se provada a culpa da vítima.
- Ⓓ pode ser excluída se houve fiscalização pelo órgão competente.
- Ⓔ pode ser atenuada quando fiscalizada pelo órgão competente.

Questão 51

De acordo com a Lei n.º 9.784/1999, é vedado à autoridade delegar a sua competência para

- A afastamento de servidor para curso no exterior.
- B aprovação de pareceres.
- C decisão de recursos administrativos.
- D nomeação de servidor.
- E concessão de aposentadoria.

Questão 52

A proibição de a administração anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários, após o prazo legal, está ligada ao princípio do(a)

- A segurança jurídica.
- B razoabilidade.
- C moralidade.
- D proporcionalidade.
- E indisponibilidade.

Questão 53

De acordo com a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica é considerada

- A instituição.
- B órgão.
- C administração.
- D entidade.
- E administração pública.

Questão 54

Constitui ato de improbidade administrativa a ação de

- I frustrar o caráter concorrencial de concurso público para beneficiar terceiros.
- II permitir a aquisição de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
- III deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, a fim de ocultar irregularidades.
- IV praticar ato administrativo visando fim defeso em lei.

Estão certos apenas os itens

- A I e III.
- B I e IV.
- C II e IV.
- D I, II e III.
- E II, III e IV.

Questão 55

Julgue as cláusulas apresentadas nos itens a seguir, consideradas exorbitantes em um contrato administrativo de prestação de serviços continuados celebrado em 2020.

- I exigência de garantia
- II aplicação de penalidade
- III retomada do objeto
- IV anulação
- V rescisão

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I, II e III estão certos.
- B Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- C Apenas os itens III, IV e V estão certos.
- D Apenas os itens I, II, III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 56

Havendo mudança do local de exercício do servidor público do estado do Sergipe, sem que se modifique a respectiva situação funcional, ocorrerá a

- A disponibilidade.
- B reversão.
- C transferência.
- D remoção.
- E redistribuição.

Questão 57

À pessoa que instala e mantém a unidade e os recursos humanos e materiais necessários ao desenvolvimento de programas de atendimento para o cumprimento das medidas socioeducativas denomina-se

- A casa de atendimento socioeducativo.
- B entidade de recolhimento e encaminhamento do adolescente.
- C instituição de acolhimento ao menor infrator.
- D entidade de atendimento.
- E instituição de execução de medida socioeducativa.

Questão 58

Em cada item a seguir é identificada a relação de parentesco que uma pessoa mantém com algum membro de um conselho tutelar encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Julgue cada uma delas quanto a serem ou não motivo de impedimento para que tal pessoa sirva nesse mesmo conselho tutelar.

- I filho
- II tio
- III sobrinho
- IV irmão
- V genro

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I, II e III estão certos.
- B Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- C Apenas os itens III, IV e V estão certos.
- D Apenas os itens I, II, III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 59

Ao determinar a execução provisória da medida socioeducativa de internação de um adolescente, ainda que o paciente tenha permanecido em liberdade no curso do processo, o juiz agiu

- A de modo a configurar constrangimento ilegal.
- B fora dos princípios legais da medida.
- C ofendendo entendimento do STJ.
- D em desacordo com os princípios da proporcionalidade e atualidade.
- E em consonância com o escopo da medida.

Questão 60

Afasta a imposição da guarda compartilhada o(a)

- A prática de atos contrários à moral e aos bons costumes.
- B emprego do filho em ocupação proibida.
- C castigo imoderado ao filho.
- D condenação dos pais em virtude de crime contra a vida.
- E suspensão do poder familiar.

Questão 61

Menor com dezesseis anos de idade apreendido em flagrante de ato infracional será encaminhado imediatamente

- A à presença do juiz.
- B à autoridade policial competente.
- C ao membro do Ministério Público de plantão.
- D à presença de um membro do Conselho Tutelar.
- E ao defensor público de plantão.

Questão 62

O pai que submeter criança sob sua autoridade a vexame estará sujeito a pena de

- A reclusão e multa.
- B detenção.
- C detenção e multa.
- D detenção ou multa.
- E reclusão.

Questão 63

As emissoras de televisão somente exibirão, no horário recomendado para o público infantojuvenil, programas com finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas, em razão do princípio da

- A prevalência dos direitos dos menores.
- B prevenção especial.
- C indisponibilidade do direito da criança e adolescente.
- D educação adequada.
- E proteção estatal.

Questão 64

A partir da análise sistêmica do Estatuto do Idoso, julgue os itens a seguir.

- I O princípio da prioridade absoluta e o da proteção integral regem os estatutos do idoso e da criança e do adolescente, entretanto há, no que se refere à população idosa, uma desigualdade de condições físicas e de saúde que deve ser observada em situações concretas para dirimir conflitos de interesse existentes na aplicação do princípio da prioridade absoluta, sendo-lhe garantida a primazia do gozo de direitos em face dos direitos da criança e do adolescente.
- II O Estatuto do Idoso tem como base princípios fundamentais da Constituição Federal, como o da dignidade da pessoa humana, sendo a proteção à velhice um dos objetivos da assistência social.
- III Acordo sobre alimentos celebrado entre as partes tem força de título executivo desde que seja referendado por promotor de justiça ou defensor público.
- IV O envelhecimento é direito personalíssimo, devendo a política de atendimento que garanta o envelhecimento digno ser promovida pela iniciativa privada.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I e II estão certos.
- B Apenas os itens I e IV estão certos.
- C Apenas os itens II e III estão certos.
- D Apenas os itens III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 65

Conforme previsão estatutária, os programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos, visando a conferir moradia digna, devem garantir à pessoa idosa

- A subsídio habitacional correspondente a trinta por cento para ser utilizado como entrada na aquisição da casa própria conforme a renda e a localização do imóvel.
- B reserva de pelo menos três por cento das unidades habitacionais residenciais.
- C financiamento compatível com os rendimentos de aposentadoria e pensão, sem limite de idade máxima.
- D isenção da taxa de juros de financiamento quando da compra de um único imóvel para o idoso com renda familiar de até dois salários mínimos.
- E quitação das prestações do imóvel, independentemente do tipo de financiado, em favor do cônjuge sobrevivente idoso em caso de falecimento do comprador idoso, tendo sido este o único a comprovar renda no ato da compra.

Questão 66

Conforme a Portaria n.º 1.395/1999 do Ministério da Saúde, é competência articulada intersetorialmente entre o Ministério da Saúde e o da Previdência e Assistência Social

- A o incentivo à criação de centros colaboradores de geriatria e gerontologia nas instituições de ensino superior, que deverão atuar de forma integrada com o Sistema Único de Saúde e os órgãos estaduais e municipais de assistência social, mediante o estabelecimento de referência e contrarreferência de ações e serviços para o atendimento integral dos idosos.
- B a implementação de programas esportivos e de exercícios físicos destinados a pessoas idosas.
- C a implementação de programas de preparo elaborados para futuros aposentados nos setores públicos e privados.
- D a realização de estudos e pesquisas epidemiológicas relacionados a doenças e agravos mais prevalentes nas pessoas idosas, sobretudo quanto aos seus impactos na saúde do idoso, na família, na sociedade e na previdência social.
- E a instalação de equipamentos comunitários públicos voltados ao atendimento da população idosa previamente identificada, residente na área de abrangência dos empreendimentos habitacionais respectivos.

Questão 67

Com base no disposto no Decreto n.º 9.921/ 2019, julgue os itens seguintes, acerca da Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa.

- I Essa estratégia tem como objetivo fortalecer os conselhos de direitos das pessoas idosas e a rede nacional de proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa.
- II Entre as atividades previstas nessa estratégia, inclui-se a elaboração de plano que contemple as ações a serem executadas pelos municípios para a população idosa.
- III Para a sua implementação, é prevista a articulação entre as políticas de assistência social, de saúde, de direitos humanos, de educação, de trabalho, de cultura e de esporte.
- IV As ações previstas nessa estratégia devem ser executadas de forma descentralizada e integrada.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I e II estão certos.
- B Apenas os itens I e IV estão certos.
- C Apenas os itens II e III estão certos.
- D Apenas os itens III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 68

O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa é órgão permanente que integra a estrutura organizacional do Ministério da

- A Economia, do Trabalho e do Planejamento.
- B Educação.
- C Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.
- D Cidadania, da Cultura e do Esporte.
- E Saúde.

Questão 69

A chamada “preferência da preferência” é prevista, por exemplo, nos casos que envolvam o direito fundamental

- A à saúde, tendo o idoso com idade igual ou maior que 80 anos preferência em todos os atendimentos, incluindo-se os de emergência.
- B à profissionalização e ao trabalho, tendo o idoso com idade igual ou maior que 80 anos preferência na admissão ao trabalho e emprego sem fixação de limite máximo de idade.
- C ao transporte público, tendo o idoso com idade igual ou maior que 80 anos preferência aos assentos reservados nas viagens urbanas, semiurbanas e interestaduais.
- D de acesso à justiça, tendo o idoso com idade igual ou maior que 80 anos prioridade especial na tramitação de processos em relação aos idosos que ainda não completaram 80 anos.
- E à habitação, tendo o idoso com idade igual ou maior que 80 anos preferência na aquisição de imóvel para moradia própria oferecido em programas habitacionais.

Questão 70

Considerando o que dispõe a Portaria n.º 73/2001 com relação aos modelos de projetos e normas de funcionamento de serviços de atenção ao idoso no Brasil, assinale a opção correta.

- A Centro-dia caracteriza-se como um espaço de atendimento a idosos com limitações para a realização das atividades de vida diária, aos que necessitam de cuidados médico-sociais, bem como aos que convivem com suas famílias, mas não dispõem de atendimento em tempo integral no domicílio.
- B Casa-lar é uma residência participativa que recebe idosos independentes com habilidades para a vida em grupo e integração na comunidade e com condições financeiras de arcar com o ônus de sua subsistência, podendo funcionar em casa residencial, desde que localizada dentro da malha urbana, com facilidade de acesso por transporte coletivo.
- C As instituições de atendimento integral institucional destinam-se a pessoas idosas dependentes e independentes, podendo receber aquelas que necessitem de auxílio e de cuidados especializados, tais como as portadoras de deficiência física acentuada e de doença mental incapacitante.
- D Residência temporária é um programa que oferece condições para que o idoso sem família, em situação de abandono, ou impossibilitado de conviver com ela, ou que tenha limitação para atividades da vida diária receba abrigo, atenção e cuidados de uma família cadastrada e capacitada para oferecer esse atendimento temporariamente.
- E Centro de convivência é o espaço no formato de internação que, administrado necessariamente por organização não governamental, possibilita a convivência familiar do idoso e onde são desenvolvidas, planejadas e sistematizadas ações de atenção, de forma a elevar a qualidade de vida da pessoa idosa, promover a convivência social, a cidadania e a integração entre gerações.

Questão 71

O mecanismo que visa garantir igualdade formal-material aos sujeitos da relação jurídica de consumo se traduz no

- A princípio da modificação contratual.
- B princípio da prevenção.
- C princípio da informação.
- D princípio do interesse social.
- E princípio da vulnerabilidade.

Questão 72

De acordo com o STJ, em contrato de compra e venda de imóvel em construção, cláusula que preveja cobrança de juros antes da entrega das chaves ao comprador é considerada

- A lícita.
- B anulável.
- C abusiva.
- D nula.
- E ineficaz.

Questão 73

Fará coisa julgada ultra partes a sentença de procedência em ações coletivas que tiverem por objeto a tutela de

- A interesses de natureza indivisível de grupo ou classe de pessoas.
- B interesses ou direitos coletivos.
- C interesses ou direitos individuais homogêneos.
- D interesses ou direitos difusos.
- E interesses de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.

Questão 74

Compete ao PROCON

- A suspender atividade comercial temporariamente.
- B cassar licença de atividade.
- C cominar multas por transgressão aos preceitos do Código de Defesa do Consumidor.
- D apreender produtos.
- E inutilizar produtos.

Questão 75

Ocorre infração penal às relações de consumo se o fornecedor

- I não organizar dados fáticos, técnicos e científicos que deem base à publicidade.
- II omitir da embalagem do produto dizeres ou sinais escritos ostensivos sobre a nocividade do produto.
- III não entregar ao consumidor o termo de garantia preenchido de forma adequada, deixando de especificar o conteúdo de forma clara.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 76

A convenção coletiva de consumo será obrigatória a partir

- A do registro no cartório de títulos e documentos.
- B da homologação pelo juiz.
- C da homologação pelo Ministério Público.
- D da homologação no órgão competente.
- E da assinatura das partes.

Questão 77

São subsidiariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do vício de produto ou serviço

- A os fornecedores de produtos de consumo não duráveis.
- B as sociedades controladas.
- C os profissionais liberais.
- D as concessionárias de veículos.
- E as sociedades consorciadas.

Questão 78

De acordo com o Supremo Tribunal Federal, a proibição de discriminação em razão de orientação sexual encontra amparo no princípio constitucional da

- A cidadania.
- B dignidade da pessoa humana.
- C solidariedade.
- D independência.
- E moralidade.

Questão 79

O estrangeiro que se ache legalmente no território de Estado-parte na Convenção Americana de Direitos Humanos só poderá dele ser expulso em cumprimento de decisão adotada

- A conforme a legislação.
- B pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.
- C em procedimento judicial.
- D pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
- E pela prática de um crime.

Questão 80

No Brasil, o Pacto de São José da Costa Rica tem *status* de

- A emenda constitucional.
- B direito fundamental.
- C lei ordinária.
- D norma supralegal.
- E garantia fundamental.

Questão 81

As ações da Comissão Nacional da Verdade destinadas a promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, visaram, em um primeiro plano, de acordo com o relatório apresentado, beneficiar

- A a memória das vítimas.
- B os parentes das vítimas.
- C toda a sociedade.
- D o direito à informação.
- E a honra das vítimas.

Questão 82

Entre as diretrizes do eixo orientador relativo ao título Desenvolvimento e Direitos Humanos, no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), inclui-se a de

- A garantir os direitos humanos de forma universal, indivisível e interdependente.
- B promover e proteger os direitos ambientais como direitos humanos.
- C combater as desigualdades estruturais.
- D garantir a igualdade na diversidade.
- E promover os direitos de crianças e adolescentes para o seu desenvolvimento integral.

Questão 83

De acordo com a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, entende-se por violência contra a mulher qualquer conduta que, baseada no gênero, cause

- I morte.
- II dano.
- III sofrimento físico.
- IV sofrimento psicológico.
- V sofrimento sexual.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I, III e V estão certos.
- B Apenas os itens I, II, III e IV estão certos.
- C Apenas os itens I, II, IV e V estão certos.
- D Apenas os itens II, III, IV e V estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 84

O fato de o Poder Judiciário contribuir com os outros poderes do Estado para a melhoria do acesso à justiça das pessoas em condição de vulnerabilidade, disposta nas 100 Regras de Brasília, atende

- A à garantia de celeridade e eficácia das decisões judiciais.
- B ao princípio do acesso à justiça.
- C à forma alternativa de atendimento das pessoas em condição de vulnerabilidade.
- D à garantia de segurança das vítimas em condição de vulnerabilidade.
- E ao princípio geral de colaboração.

Questão 85

A preservação das gerações vindouras do flagelo da guerra, a reafirmação da fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, com o estabelecimento de condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, constitui resolução adotada

- A na Convenção Americana de Direitos Humanos.
- B na Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem.
- C na Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- D na Carta das Nações Unidas.
- E no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos.

Questão 86

Na forma do procedimento previsto na Lei n.º 7.347/1985, podem ser objeto de ação civil pública, entre outras, as ações de responsabilidade por danos

- A ao meio ambiente ou a fundos de natureza institucional cujos beneficiários possam ser individualmente determinados.
- B ao FGTS ou por danos causados ao meio ambiente.
- C à dignidade de grupos raciais ou à ordem urbanística.
- D ao FGTS ou por ofensa à dignidade de grupos raciais.
- E a fundos de natureza institucional cujos beneficiários possam ser individualmente determinados ou por pretensões que envolvam tributos.

Questão 87

Sob o aspecto processual, a ação popular é uma ação civil regida, em regra, pelo procedimento

- A ordinário.
- B especial.
- C da Lei do Mandado de Segurança.
- D sumário.
- E da Lei de Improbidade Administrativa.

Questão 88

Assinale a opção que mostra todas as etapas da educação básica obrigatória, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

- A) pré-escola, ensino infantil e ensino médio
- B) pré-escola, alfabetização e ensino fundamental
- C) alfabetização, ensino primário e ensino fundamental
- D) pré-escola, ensino fundamental e ensino médio
- E) alfabetização, ensino infantil e ensino fundamental

Questão 89

No Regime Geral de Previdência Social (RGPS), o trabalhador que presta serviço de natureza urbana, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego, é um segurado

- A) facultativo.
- B) autônomo.
- C) empregado.
- D) especial.
- E) contribuinte individual.

Questão 90

Considerando-se o que prevê a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência a respeito do trabalho e emprego, é correto afirmar que é dever dos Estados-partes dessa convenção

- A) garantir incentivos remuneratórios específicos, de caráter compensatório e superior ao pago aos seus pares, como forma de indenizar os custos de adaptação ao trabalho.
- B) exigir que os empregadores efetuem todas as adaptações no local de trabalho necessárias para garantir o máximo conforto e eficiência das pessoas com deficiência.
- C) custear, de forma gratuita e universal, a reabilitação profissional e o retorno ao trabalho das pessoas com deficiência.
- D) promover o emprego de pessoas com deficiência no setor privado, mediante políticas e medidas apropriadas, que poderão incluir programas de ação afirmativa, incentivos e outras medidas.
- E) estabelecer ações afirmativas e uma política de cotas para que as pessoas com deficiência tenham vagas reservadas nas entidades sindicais ou de representação de direitos trabalhistas.

Questão 91

Com relação às diferenças entre os interesses difusos e os interesses coletivos, assinale a opção correta.

- A) Os interesses difusos têm como titulares pessoas indeterminadas e ligadas entre si por circunstâncias de fato, enquanto os interesses coletivos têm como titulares as pessoas integrantes de determinado grupo, categoria ou classe.
- B) Os interesses difusos são de natureza transindividual e de caráter indivisível, enquanto os direitos coletivos são de natureza coletiva, mas individualizáveis.
- C) Os interesses difusos, embora de titularidade desconhecida *a priori*, podem, em tese, ser exercidos por um indivíduo ou grupo, enquanto os interesses coletivos somente podem ser exercidos por toda a coletividade.
- D) Os interesses difusos são homogêneos, individuais e decorrentes de uma mesma origem, enquanto os interesses coletivos são heterogêneos, de natureza múltipla e não individualizáveis.
- E) Os interesses difusos têm natureza comum, em razão de uma relação jurídica estabelecida pela Constituição ou pelo ordenamento jurídico, enquanto os interesses coletivos são assim designados por situações fáticas ou por circunstâncias da vida.

Questão 92

Considerando as disposições do Estatuto da Cidade a respeito da usucapião especial urbana, assinale a opção correta.

- A) O tamanho máximo do imóvel passível de ser usucapido é de até um módulo rural.
- B) O título de domínio pode ser conferido ao homem, à mulher ou a ambos, independentemente do estado civil.
- C) O herdeiro legítimo que resida no imóvel por ocasião da abertura da sucessão deverá começar a contar o prazo aquisitivo a partir da data da morte do *de cuius*, independentemente de inventário.
- D) Associação de moradores da comunidade é parte legítima para a propositura de ação de usucapião especial urbana, na qualidade de substituto processual, ainda que não esteja expressamente autorizada pelos representados.
- E) No caso de núcleos urbanos informais, para fins de contagem do prazo aquisitivo, o possuidor não pode acrescentar a posse do posseiro antecessor ao prazo da sua posse, ainda que ambas sejam contínuas.

Questão 93

Segundo a Lei Complementar Federal n.º 80/1994, são prerrogativas conferidas aos membros da Defensoria Pública

- A) intimação por publicação no Diário da Justiça eletrônico em qualquer processo e grau de jurisdição, mas não em instância administrativa, contando-se-lhes em dobro todos os prazos.
- B) intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição ou instância administrativa, contando-se-lhes em dobro todos os prazos.
- C) intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição ou instância administrativa, sem direito a prazo em dobro.
- D) intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição, mas não em instância administrativa, contando-se-lhes em dobro todos os prazos.
- E) intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição, mas não em instância administrativa, sem direito a prazo em dobro.

Questão 94

Considerando-se a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca da Defensoria Pública e de seus membros, é correto afirmar que

- A) é constitucional a lei que disponha sobre direitos e vantagens dos Defensores Públicos cujo processo legislativo tenha se dado a partir de projeto de lei apresentado pelo chefe do Poder Executivo.
- B) é constitucional a previsão constante de Constituição Estadual que confere foro por prerrogativa de função aos Defensores Públicos daquele Estado da federação.
- C) é inconstitucional dispositivo de Constituição Estadual que dispõe competir à Assembleia Legislativa do Estado processar e julgar Defensor Público-Geral do Estado nos crimes de responsabilidade.
- D) é inconstitucional proposta de emenda à Constituição Federal que disponha sobre a Defensoria Pública e cuja iniciativa do processo legislativo tenha competido a parlamentar federal.
- E) é constitucional a previsão legal que estabelece ser atribuição da Defensoria Pública a defesa judicial de servidores públicos estaduais processados civil ou criminalmente em razão do regular exercício do cargo.

Questão 95

De acordo com o Código de Processo Civil e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a nomeação da Defensoria Pública como curadora especial exige que o réu revel não haja constituído advogado e tenha sido citado

- A pelo correio e seja “necessitado” sob o aspecto econômico.
- B por meio eletrônico e seja “necessitado” sob o aspecto econômico.
- C por oficial de justiça, ainda que não seja “necessitado” sob o aspecto econômico.
- D por edital e seja “necessitado” sob o aspecto econômico.
- E com hora certa, ainda que não seja “necessitado” sob o aspecto econômico.

Questão 96

O Ministério Público estadual propôs Ação Civil Pública a fim de que fossem lotados defensores públicos em determinada comarca para prestar atendimento à população carente. Adotou como fundamento a responsabilidade constitucional do Estado em prestar assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, considerando-se essa situação hipotética, é correto afirmar que tal modalidade de intervenção judicial é

- A legítima, com fundamento no direito fundamental a prestação da assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados, caso em que não é possível arguir o princípio da reserva do possível.
- B legítima, com fundamento na supremacia da dignidade da pessoa humana, caso em que não é possível arguir o princípio da reserva do possível.
- C ilegítima, ante os princípios da separação dos poderes e da reserva do possível.
- D ilegítima, ante a autonomia da Defensoria Pública, caso em que não é possível o Poder Judiciário interferir nas suas questões internas.
- E legítima, com fundamento na supremacia da dignidade da pessoa humana, mas é possível arguir o princípio da reserva do possível desde que fique comprovada a falta de recursos públicos no orçamento anual.

Questão 97

Assinale a opção correta acerca da garantia da inamovibilidade dos membros da Defensoria Pública, segundo previsão constante da Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado de Sergipe (LC n.º 183/2010).

- A Tais membros são inamovíveis, salvo se optarem por remoção a pedido ou por permuta.
- B Compete ao defensor público-geral determinar a remoção compulsória desses membros, desde que presente o interesse público e que haja aprovação por voto de 2/3 do Conselho Superior.
- C A remoção compulsória desses membros exige prévio parecer do corregedor-geral, sendo-lhes assegurada ampla defesa em processo administrativo disciplinar.
- D A remoção por permuta dos referidos membros dar-se-á entre qualquer dos membros da carreira de defensor público.
- E A remoção a pedido far-se-á mediante requerimento dirigido ao Conselho Superior.

Questão 98

Segundo a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado de Sergipe (LC n.º 183/2010), a Defensoria Pública de Sergipe pode executar e receber verbas sucumbenciais decorrentes de sua atuação, inclusive quando devidas por entes públicos,

- A até mesmo o estado de Sergipe, suas autarquias e fundações, bem como os municípios do estado de Sergipe, suas autarquias e fundações.
- B exceto os municípios do estado de Sergipe, suas autarquias e fundações.
- C exceto o estado de Sergipe.
- D exceto as autarquias e fundações do estado de Sergipe.
- E exceto o estado de Sergipe, suas autarquias e fundações.

Questão 99

Conforme previsão constante da Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado de Sergipe (LC n.º 183/2010), incumbe aos defensores públicos

- A prestar orientação jurídica, unicamente no âmbito judicial, aos economicamente necessitados.
- B defender os membros da Polícia Militar, perante a Justiça Militar do Estado, desde que ocupantes da condição de praças.
- C requerer o acolhimento institucional de crianças e adolescentes em situação de risco, desde que economicamente necessitados.
- D prestar assistência jurídica aos encarcerados, desde que considerados necessitados.
- E atuar nos Juizados Especiais e Turmas Recursais em favor de todos os que lá litigarem, ante a presunção de serem economicamente necessitados.

Questão 100

De acordo com a mais recente jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca da atuação das defensorias públicas junto ao STJ, é correto afirmar que

- A a Defensoria Pública Estadual, para receber intimações das decisões proferidas pelo STJ, deve ter aderido ao Portal de Intimações Eletrônicas do Tribunal ou manter representação em Brasília.
- B a atuação junto ao STJ é exclusiva da Defensoria Pública da União.
- C a Defensoria Pública Estadual, para receber intimações das decisões proferidas pelo STJ, deve necessariamente manter representação em Brasília, caso em que poderá atuar nesse tribunal sem restrições.
- D a Defensoria Pública Estadual, para receber intimações das decisões proferidas pelo STJ, deve necessariamente manter representação em Brasília e ter aderido ao Portal de Intimações Eletrônicas do Tribunal.
- E a Defensoria Pública da União deve acompanhar o julgamento dos recursos interpostos por defensores públicos estaduais, mas as defensorias estaduais é que devem ser intimadas das decisões e acórdãos naquela proferidos.